

08/08/2019 - 05:00

## Costa rejeita rótulos de Bolsonaro e pede diálogo

Por **Malu Delgado e Cristiane Agostine**

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), rejeita o papel que o presidente Jair Bolsonaro tenta impor aos governadores do Nordeste, de principal foco de oposição ao Palácio do Planalto. Nenhum dos governadores do Nordeste, diz Costa, é especialista nesta seara. "O campo de atuação nosso não deve ser o da ofensa, da agressão ou do revide a essas agressões. Neste campo, não somos especialistas, nenhum dos governadores do Nordeste é. Nosso campo é trabalhar e apresentar inovação de gestão."

Em duas horas de conversa com o **Valor** ontem, o governador, que passou dois dias em São Paulo para agendas administrativas, não citou o nome do presidente Bolsonaro nem sequer uma vez.

Petista moderado, que muitas vezes diverge internamente de posições mais sectárias defendidas por seus correligionários, Rui Costa sustenta que o Brasil não pode mais caminhar num clima em que as pessoas passam a se odiar por terem opções políticas distintas. "Somos um povo só, e não será o discurso de uma ou duas pessoas que vai separar o povo brasileiro. Não será essa tentação para esse debate que vai nos levar a bater boca", diz.

A verve da moderação ganha sentido num momento em que Costa começa a se mover para se credenciar como uma opção do PT para 2022, ao lado do ex-prefeito Fernando Haddad, que disputou a Presidência em 2018.

O entrevero do presidente com políticos do Nordeste começou após ter sido flagrado numa conversa em que usou o termo "governadores de paraíba". Bolsonaro tentou se explicar e disse que se referiu a dois governadores, o da Paraíba, João Azevêdo (PSB), e do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). O presidente foi à Bahia, desde então, duas vezes, e afirmou amar os nordestinos, mas não se cansa de provocar os governadores da região: "Querem fazer disso aqui uma Cuba?", disse na última visita, a Sobradinho (BA).

Entre os nove governadores da região, sete são de partidos de centro-esquerda. Além de Costa, Flávio Dino também é outro nome que desponta entre possibilidades para disputas presidenciais futuras, até pela capacidade de ambos de transitar ao centro. Quando questionado se o presidente tenta classificar os governadores nordestinos como oposição, Costa logo susta o adjetivo: "Nós não reivindicamos esse papel".

O petista admite que tanto ele quanto Dino podem ser alvos de Bolsonaro por conta dos debates de 2022. "Mas não é só isso. É a ausência de conteúdo para propor alternativas ao país que leva a ficar só no campo das agressões. Se não tenho nada a propor, nem ideias a debater, vou fazer o que num ambiente desse? Isso é feito de maneira a substituir ou preencher o vácuo da ausência de propostas", provoca. Ainda mais no Nordeste, continua, o crucial seria a apresentação de "ideias econômicas novas, de geração de emprego".

O discurso "paz e amor" tem limites. Costa relata sua versão sobre o que ocorreu na viagem de Bolsonaro a Vitória da Conquista, para a inauguração do aeroporto. Diz que a obra estava pronta desde 2018, mas havia pendências administrativas e preferiu esperar para inaugurar. Quando tudo estava liberado pela Infraero e pela Anac, telefonou ao ministro Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e disse que gostaria de convidar o presidente para a inauguração. O ministro prometeu fazer a ponte com o gabinete presidencial.



Rui Costa: "É a ausência de conteúdo para propor alternativas ao país que leva a ficar só no campo das agressões"

08/08/2019 - 05:00

## FNP defende que ISS fique de fora da tributária

Por **Edna Simão**

A Federação Nacional dos Prefeitos (FNP), a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazenda e Finanças não aceitam a unificação do Imposto sobre Serviços (ISS) com outros tributos para a criação de um imposto único como está sendo discutido no âmbito das propostas de reforma tributária.

"Não abrimos mão que o ISS continue como um imposto de esfera municipal, sem ser incorporado por nenhum outro ente, porque sabemos que se isso ocorrer os municípios sairão perdendo, ou seja, em última instância, a população perde", informam as entidades, em posicionamento conjunto, divulgado hoje. A insistência desse ponto pode inviabilizar o apoio dos Estados e municípios à reforma.

Segundo o presidente da FNP, Jonas Donizette (PSB), que também é prefeito de Campinas, sempre é possível uma negociação com o governo. Mas ele destacou que, com base em cinco propostas que tramitam no Congresso Nacional que foram avaliadas pela entidade, os municípios precisam de simulação sobre o impacto das alterações propostas para as receitas.

"Não tem como as prefeituras se manifestarem sem terem uma simulação", contou. "Tá tudo muito escuro. Não conseguimos enxergar como ficará a distribuição do bolo tributário", ressaltou.

As entidades pediram mais prazo para a apresentação de emendas da comissão especial da Câmara. Foram atendidas: o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) decidiu ampliar o prazo para apresentação de emendas à proposta de emenda constitucional (PEC). Deputados terão mais sete dias corridos após o transcurso do prazo de 10 sessões para apresentação dos pedidos de mudança. Com isso, a expectativa é que as emendas possam ser apresentadas até a semana de 19 de agosto.

Durante esse prazo, Donizette espera que sejam apresentadas as simulações sobre o impacto.

O presidente da FNP reforçou que os municípios que não aceitam a inclusão do ISS na proposta de unificação de tributos. "Nós abrimos mão de gestão do ISS e estamos aptos a discutir outras possibilidades", disse Donizette.

"Queremos preservar o ISS. O município tem que ter essa autonomia tributária", frisou. No posicionamento conjunto, as entidades ressaltam que a proposta dos municípios é simplificar ainda mais o ISS, instituir a nota fiscal de serviços eletrônica nacional e padronizar as obrigações acessórias.

Há três textos em debate no Congresso Nacional. A Câmara analisa o do economista Bernard Appy, que unifica cinco tributos: três federais (IPI, PIS, Cofins), um estadual (ICMS) e outro municipal (ISS). O Senado discute um do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) que junta nove impostos: IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Cide, salário-educação, todos federais, com ISS e ICMS.

Os governadores preferem a proposta de Appy, mas querem que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), resultante da unificação, seja gerido por Estados e municípios, sem participação do governo federal, ou que existam dois IBS, um federal e outro estadual/municipal.

Segundo Donizette, os governadores uniram-se em torno da reforma tributária e apresentaram uma proposta alternativa porque querem tirar o ISS dos municípios. Ele defendeu que os Estados façam uma simplificação do ICMS. "Estamos analisando quem está apoiando para ver a força política para ver o que a proposta pode obter", explicou. Ele defendeu ainda uma melhor distribuição do bolo da arrecadação com as prefeituras.

O presidente da FNP disse ainda que a discussão da reforma tributária não pode ser feita de forma açodada só porque a da Previdência foi aprovada na Câmara. "Não dá para ter processo muito rápido. São necessárias audiências públicas, ouvir secretários de finança", explicou.

# Tribuna

## Governo tem pronta reforma tributária

AGÊNCIA BRASIL

“A equipe econômica está ultimando uma proposta integrada com as existentes na Câmara [dos Deputados] e no Senado [Federal]”. A informação é do porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros, durante briefing para a imprensa no fim da tarde de hoje, no Palácio do Planalto.

De acordo com Rêgo Barros, a reforma tributária, junto com a desburocratização da liberdade econômica, é o “próximo passo da aceleração econômica”, após a aprovação da reforma da Previdência Social, que poderá ser votada ainda nesta semana em segundo turno no plenário da Câmara.

“O presidente [Jair Bolsonaro] e o ministro [da Economia] Paulo Guedes aguardam a votação na Câmara com grande expectativa e esperam que a proposta seja enviada o quanto antes para o Senado”, disse o porta-voz.

A percepção do Ministério da Economia é que, “em função da votação expressiva no primeiro turno (...), o país entendeu a necessidade de fazer uma reforma expressiva, mudanças necessárias para que a economia entre de vez em um ciclo de investimento econômico sustentável para as futuras

gerações de brasileiros”, acrescentou Rêgo Barros.

### AGRONEGÓCIO E GUERRA COMERCIAL

O porta-voz da Presidência mencionou a insatisfação da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, quanto às críticas da imprensa à atividade agropecuária. Citando pronunciamento da ministra, o porta-voz salientou: “Precisamos estar falando todos na mesma direção. É inadmissível que o agronegócio brasileiro tenha tido nessa última semana um bombardeio pela mídia nacional, colocando o alimento produzido no Brasil como inseguro, o que não é verdade. Quero dizer a vocês que eu tenho convicção de que nós estamos fazendo o melhor para o nosso país.”

Tereza Cristina participou ontem (5), em São Paulo, do Congresso Brasileiro do Agronegócio. Durante o evento, a ministra ressaltou que “a agricultura deverá responder a novos desafios. Estima-se que em 2050 sete em cada dez pessoas viverão nas cidades tomando mais rarefeita a população rural. Portanto, máquinas e equipamentos serão imprescindíveis para garantia da segurança alimentar no futuro”, disse.

Na ocasião, Tereza Cristina também tratou da guerra tarifária e comercial entre os Estados Unidos e a China. Em sua opinião, “o Brasil não tem que entrar nessa briga. O Brasil tem produtos para serem vendidos para os dois mercados, é uma briga entre eles. Eles que se resolvam. O Brasil vai ver o melhor caminho para continuar a abertura de mercado em todos os países que quiserem comprar do Brasil, e nós também temos que ir lá vender o nosso peixe.”

## FOLHA DE S.PAULO

# Equipe de Guedes enviará ao Congresso texto próprio de reforma tributária

Apesar de acordo por uma só proposta para tramitar no Legislativo, governo não abre mão de projeto que cria uma CPMF ampliada

Bernardo Caram

**BRASÍLIA** Embora tenha participado de acordo para que só um projeto de reforma tributária tramite no Congresso, o Ministério da Economia não vai mudar a estratégia de apresentar proposta própria para reestruturar a arrecadação e distribuição de impostos.

Instrumento que encontra resistência entre parlamentares, a contribuição sobre pagamentos, uma espécie de CPMF ampliada, será mantida na proposta, informaram à **Folha** membros da equipe econômica que participam da elaboração do texto.

Atualmente, diferentes ideias de reforma tributária são gestadas em ao menos cinco frentes. Além do governo, Câmara e Senado têm projetos próprios. Há ainda sugestões trabalhadas por governadores e por empresários.

Somente após a apresentação do texto ao Congresso, o governo pretende abrir o diálogo e começar a negociar eventuais alterações ou fusões com trechos de outros textos.

Interlocutores do ministro Paulo Guedes afirmam que o governo está disposto a ceder em parte da proposta para uma reforma de consenso.

Na segunda (5), após reunião entre Guedes e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi anunciado acordo para ser construído apenas um texto que atenda a interesses de to-

Internamente, membros do Ministério da Economia esperam que todos os agentes envolvidos na discussão abram mão de parte de suas propostas em prol de uma reforma possível.

Nessa negociação, o governo deve se mostrar irredutível em alguns pontos. A equipe econômica não aceita, por exemplo, a proposta apresentada por secretários estaduais de Fazenda que deixa a União de fora do comitê gestor de impostos, além de inverter a distribuição dos recursos, que seriam administrados pelos governos regionais e parcialmente repassados à União.

Guedes planeja apresentar a proposta de reestruturação de tributos depois que a Câmara encerrar a votação da reforma da Previdência.

Ele prepara uma exposição ampla dos planos do ministério para os próximos meses. A reforma tributária será tratada como prioridade.

A ideia do ministro é levar simultaneamente ao Congresso a discussão sobre o pacto federativo, retirando amarras do Orçamento federal para que seja possível reorganizar a distribuição dos recursos públicos entre União, estados e municípios.

Para interlocutores de Guedes, isso dará impulso para governadores e parlamentares apoiem a reforma tributária.

## + BÔNUS A AUDITORES DEPENDERÁ DE RECURSOS

O TCU (Tribunal de Contas da União) condicionou o pagamento de bônus de eficiência aos auditores da Receita à disponibilidade de recursos no Orçamento. A decisão foi tomada nesta quarta (7), em caráter cautelar, porque o julgamento do processo foi suspenso pelo pedido de vista do ministro Raimundo Carreiro. Diante disso, o ministro-relator, Bruno Dantas, fez uma proposta de medida cautelar, aprovada pelo plenário, alertando a Casa Civil e o Ministério da Economia para o fato de que, na prática, o pagamento só poderá ser efetuado com

a Constituição seja tratada com seriedade quando ela diz que as igrejas são portadoras da imunidade tributária. Isso é um princípio importante da isonomia e do estado laico. Governo é governo, igreja é igreja", disse Câmara à **Folha**.

Também participaram da reunião os ministros Paulo Guedes (Economia), André Luiz Mendonça (Advocacia-Geral da União), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Jorge Oliveira (Secretaria-Geral).

O porta-voz da presidência, general Otávio Régio Barros, disse que Bolsonaro "é aberto às demandas" do setor evangélico, mas ressaltou que qualquer modificação tributária está hoje "em nível de estudo".

O pastor Fábio Rodrigues, que é contador, participou do evento e disse que alguns itens dependem de mudanças de procedimento da Receita Federal, e outros, de alterações legislativas.

No almoço, Bolsonaro ouviu reclamações de multas aplicadas a templos religiosos que não entregam determinadas declarações à Receita.

"Uma organização religiosa normal, não precisa ser de grande porte, faz ao longo do ano mais de 20 declarações para o fisco. A quantidade de declarações para uma organização religiosa é muitas vezes superior às de uma empresa do Simples Nacional. Na ausência de declaração, tem multa para cada caso", afirmou Rodrigues.

das as partes envolvidas.

Membros do Ministério da Economia afirmam que, ainda assim, o governo vai apresentar sua proposta.

O texto do governo Jair Bolsonaro (PSL), formatado pelo secretário da Receita, Marcos Cintra, deve prever a fusão de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, CSLL e IOF) no imposto único federal.

Como forma de buscar apoio, o governo vai incluir um dispositivo para que os estados tenham direito a aderir ao novo regime tributário depois que o modelo já estiver em funcionamento.

Para permitir uma desoneração da folha de pagamentos, a proposta cria a contribuição sobre pagamentos, aplicável sobre qualquer transação.

Ainda estão previstas alterações no Imposto de Renda para pessoas físicas e empresas, com redução das alíquotas máximas e aumento da faixa de isenção.

## Evangélicos defendem pacote tributário próprio para igrejas

Ricardo Della Coletta

**BRASÍLIA** Aliada de primeira hora de Jair Bolsonaro, a bancada evangélica apresentou ao presidente uma série de propostas tributárias que beneficiam igrejas e outros templos.

O pacote foi defendido em almoço com o presidente nesta quarta (7), na residência do líder da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Silas Câmara (PRB-AM).

As lideranças religiosas presentes ao encontro ficaram de entregar à administração Bolsonaro os tópicos que consideram prioritários, para que constem no projeto de reforma tributária que o governo deve encampar.

“Dissemos ao presidente que temos interesse em que

o corte de despesas. O secretário da Receita, Marcos Cintra, não quer se indispor com os auditores, que, no passado, fecharam um acordo em que aceitaram trocar os subsídios atrelados ao salário por um bônus. Nos bastidores, a categoria considera sofrer pressão devido ao vazamento de dados sigilosos dos ministros do STF Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Desde o início do governo Bolsonaro, o segmento evangélico foi atendido em ao menos duas medidas adotadas pela Receita.

Em junho, instrução normativa dispensou da inscrição no CNPJ estabelecimentos de organizações religiosas “que não tenham autonomia administrativa ou que não sejam gestores de orçamento”.

Segundo lideranças evangélicas, isso afeta principalmente templos abertos em comunidades onde há pouca presença do Estado e mais dificuldade em reunir os documentos necessários para a inscrição no CNPJ, permitindo que os espaços de culto nesses locais funcionem como filiais de um templo maior.

Em outra decisão, de maio, ampliou-se o valor total de receitas, doações e contribuições a partir do qual pessoas jurídicas “imunes e isentas” são obrigadas a apresentar um tipo de escrituração contábil.

08/08/2019 - 05:00

## Câmara conclui votação de reforma

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência e manteve com larga folga o ponto considerado mais difícil pelo governo, que é a autorização para que as pensões por morte sejam inferiores a um salário mínimo - equivalente, hoje, a R\$ 998 -, o que atualmente é proibido pela Constituição Federal.

A ideia do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e dos líderes era de levar a votação até de madrugada, se necessário, mas o segundo turno foi concluído pouco depois das 22h, com a rejeição dos oito destaques apresentados. Com o fim da votação, a Câmara recebeu a visita do ministro da Economia, Paulo Guedes, que foi à Casa para cumprimentar os deputados. O texto que segue para a votação pelo Senado é o mesmo que foi aprovado pela Câmara no 1º turno. A tramitação deve começar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa a partir da próxima semana. A expectativa é que senadores concluam a votação em dois turnos da reforma em setembro. Para que a PEC seja aprovada na Casa comandada por Davi Alcolumbre (DEM-AP), é necessário o apoio de 49 dos 81 senadores.



*A depender do quórum, intenção de Rodrigo Maia e dos líderes aliados era concluir a votação da reforma da Previdência na Casa na madrugada de hoje*

Os parlamentares tinham que votar oito emendas supressivas da oposição e do Novo para terminar a análise do projeto em segundo turno, o que levou quase nove horas. A PEC vai ao Senado, que estima analisá-la em cerca de dois meses. Qualquer alteração precisa de aval da Câmara, mas o Congresso pode sancionar antes os pontos em comum aprovados pelas duas Casas.

O destaque mais complexo, apresentado pelo PCdoB para manter a proibição de que as pensões por morte sejam inferiores a um salário mínimo, gerou grande mobilização do governo, mas acabou rejeitado por 339 a 153. O texto principal da reforma teve apoio de 370 deputados, contra 124 contrários.

Para a oposição, as alterações atingem os mais pobres e vão de encontro ao discurso de que a reforma ataca só os privilégios. Já a equipe econômica do governo Bolsonaro alega que o gasto do país com pensões é dos mais altos do mundo e que haverá garantia de um salário mínimo de pensão quando o beneficiário não tiver nenhuma outra "renda formal", texto negociado com as bancadas feminina e evangélica.

A definição da renda formal ocorreu numa portaria assinada no dia anterior, que determina que só serão considerados os rendimentos do trabalho, aposentadorias e outras pensões que, somados, alcancem mais de R\$ 998. Do contrário, a pensão será complementada pelo governo até o valor de um salário mínimo. Não entram na conta rendas de aplicações financeiras, alugueis ou do trabalho informal.

Com a mudança o governo obteve apoio suficiente para manter a nova regra, com a qual economizará R\$ 38 bilhões em dez anos. A Câmara também autorizou que as pensões sejam reduzidas a 50%, mais 10 pontos percentuais por dependente. A medida chegou a ser tentada no governo Dilma, mas acabou rejeitada pelo próprio PT no Congresso.

Os deputados ainda rejeitaram ontem destaques da oposição para proibir que seja exigido dos trabalhadores intermitentes (que não tem uma jornada definida) que paguem pelo menos um salário-contribuição para que o tempo de serviço seja computado para aposentadoria. A PEC permite que eles somem as contribuições de mais de um mês para isso, mas, se não

alcançarem a contribuição mínima a cada 12 meses, perderão o valor pago.

A Câmara também manteve o corte de 1/4 de salário mínimo (R\$ 250) de renda familiar per capita para classificar o idoso ou deficiente físico como miserável, o que dá direito ao pagamento do benefício de prestação continuada (BPC), equivalente a um salário mínimo por mês. Uma lei posterior poderá definir outros critérios além da renda, mas a mudança visa diminuir o grande número de pagamentos determinados por decisão judicial.

Outra proposta da oposição rejeitada é a manutenção do abono salarial, espécie de 14<sup>o</sup> pago pelo governo, para todos os trabalhadores com carteira assinada que recebem até dois salários mínimos. O governo Bolsonaro queria reduzir o pagamento aqueles com renda de até um salário mínimo, mas o relator do projeto na Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), propôs R\$ 1,3 mil como linha de corte.

A votação foi concluída com a rejeição dos destaques do Novo, para retirar uma regra de transição mais benéfica para os servidores públicos; do PDT, para diminuir o pedágio na transição; do PSB, para facilitar a transição daqueles que têm direito a aposentadoria especial; e do PT, para manter a atual regra de cálculo do valor das aposentadorias.

Ao final da sessão, Maia agradeceu o apoio dos parlamentares da base e da oposição pela "correção" com que trabalharam durante a tramitação da reforma da Previdência na Câmara.



08/08/2019 - 05:00

## TCU começa a analisar bônus de servidores

Por **Joice Bacelo**

O Tribunal de Contas da União (TCU) começou a julgar ontem a legalidade do bônus de eficiência pago aos servidores da Receita Federal. Por enquanto, há votos de quatro ministros, sendo que três deles se posicionaram contra a regulamentação de uma parcela variável do benefício - hoje a União desembolsa uma quantia mensal fixa por servidor, que pode chegar a até R\$ 3 mil a depender do cargo.

A maioria seguiu o entendimento do relator, o ministro Bruno Dantas. Para ele, a parcela variável do bônus - que ainda não foi paga por falta de regulamentação - só deve ocorrer a partir de lei formal que estabeleça o cálculo. Dantas também entende que devem ser adotadas medidas de compensação para os valores desembolsados e a criação de receita obrigatória de caráter continuado.

A única divergência, por enquanto, é do ministro André Luís de Carvalho. Ele propôs converter o julgamento em diligência para ouvir a área técnica do órgão que trata sobre servidores públicos.

O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Raimundo Carreiro e há previsão para a retomada na semana que vem. Além dele, faltam os votos de outros dois ministros para que o caso seja encerrado.

O chamado BEP, bônus de eficiência e produtividade, foi estabelecido por meio de medida provisória em 2016 diante de pressões da categoria - que fez paralisações e operação-padrão, penalizando a arrecadação em meio à crise fiscal. No ano seguinte, 2017, foi convertido na Lei nº 13.464.

Essa legislação previu o pagamento de valores fixos aos servidores - podendo chegar a R\$ 3 mil, a depender do cargo - até que fossem definidos, por norma administrativa, os critérios para o pagamento da parcela variável.

Isso não aconteceu ainda. Já há, no entanto, uma minuta do Ministério da Economia com a proposta de decreto para regulamentar o bônus. A pasta defende que o índice de eficiência institucional da Receita Federal considere a efetividade das ações de cobrança, o desempenho de julgamento de processos administrativos fiscais e a execução orçamentária da despesa.

Ainda segundo texto, há proposta para a criação de um comitê gestor, que terá como objetivo fixar o índice de eficiência institucional da Receita. "A base de cálculo a ser utilizada para definição de valor global do bônus de eficiência para o exercício de 2020 será composta por 25% do valor total efetivamente arrecadado no exercício de 2018 por fontes integrantes do Fundaf", diz um dos trechos da proposta.

Essa informação foi divulgada ontem no site da Receita Federal. Antes de ter início o julgamento sobre esse tema no Pleno do TCU.

Há um parecer da área técnica do tribunal de contas, do mês de abril, apontando para uma série de irregularidades no bônus dos servidores da Receita Federal. Dentre eles, sobre a parcela variável, consta que estaria em desacordo com o que determinam a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Consta no estudo ainda que não há sequer a incidência de contribuição previdenciária sobre os pagamentos. Alerta, porém, que parte do desembolso é feito com o orçamento da seguridade social.

De acordo com o parecer, foram utilizados R\$ 141,4 milhões de recursos da Cofins, R\$ 104 milhões da CSLL e R\$ 37,4 milhões da Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público. "Embora não participem do custeio da Previdência Social, os BEP são pagos com recursos de fontes orçamentárias da seguridade", frisa.

O ministro Bruno Dantas, ao votar o caso no Pleno do TCU ontem, afirmou que a determinação de medidas de compensação seria justamente em razão da "renúncia de receita previdenciária".

08/08/2019 - 05:00

## Investimento representa 4,6% das despesas das prefeituras

Por **Rodrigo Carro**

A pressão financeira exercida pelos gastos com pessoal ativo, inativo e serviços de terceiros comprimiu os investimentos das prefeituras brasileiras para um patamar médio de 4,55% do total de despesas. Já os terceirizados respondem por 23,38% dos gastos totais das administrações locais, segundo levantamento do Observatório de Informações Municipais (OIM). Esse percentual sobe para 84,04% quando entram na conta também as despesas com ativos e inativos.

O estudo se baseia em informações de 5.461 cidades brasileiras relativos a 2017 - 98% do universo de municípios brasileiros. Os dados analisados são os mais recentes disponíveis no Finbra, sistema de dados contábeis municipais do Tesouro Nacional.

### O destino do dinheiro

Investimentos municipais por região, em 2017



"A tendência é de queda na participação dos investimentos [no total das despesas] à medida que aumenta o porte demográfico dos municípios", diz o geógrafo François Bremaeker, gestor do OIM e autor do levantamento.

Nas cidades com até 10 mil habitantes, as taxas de investimento são superiores a 6%, maiores portanto que a média nacional (4,55%).

"Possivelmente o fator FPM [Fundo de Participação dos Municípios] se faz sentir, já que as receitas per capita dessas localidades são mais elevadas em decorrência do repasse dessa transferência constitucional", afirma Bremaeker.

Outro estudo, divulgado em maio pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), mostra que o nível de investimento dos municípios caiu pela metade entre 2007 e 2017. A metodologia utilizada, nesse caso, considera o investimento das prefeituras como percentual da Receita Corrente Líquida (RCL). Na RCL são computadas todas as receitas menos as transferências previstas na Constituição para os municípios.

A partir de 2015, a crise fiscal da União se propagou para outros níveis de governo, explica Eduardo Stranz, consultor técnico da presidência da CNM. "A saída dos governos federal e estadual de algumas ações que eles tocavam aumentou a pressão financeira sobre os municípios", acrescenta Stranz.

O OIM classificou as 5.461 cidades analisadas com base na saúde financeira. O cálculo foi efetuado somando-se as despesas efetuadas com pessoal e encargos (pessoal), aposentados e pensionistas (inativos) e serviços de terceiros pessoa física e pessoa jurídica (terceirizados) frente ao total da despesa municipal

Foram consideradas em situação delicada ou crítica as prefeituras nas quais a participação desses gastos supere - respectivamente - a marca dos 75% e dos 90% das despesas totais. Pelos cálculos do OIM, 72,68% dos municípios brasileiros estão em situação delicada ou crítica.

A situação é mais grave no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, onde os percentuais são mais altos que o patamar nacional.

"Com a crise financeira recente, tanto as receitas próprias do município como as transferências constitucionais caíram bastante nos últimos anos", diz Jonathas Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Goulart lista como consequências diretas do encolhimento da receita a redução nos investimentos e o acúmulo de restos a pagar. Restos a pagar são as despesas assumidas, mas não quitadas até 31 de dezembro. "O município não tem grau de liberdade para reduzir seus gastos com pessoal", lembra o gerente da Firjan.

Entre as regiões brasileiras, a Sul é a que apresenta maior valor per capita de investimento municipal (R\$ 168,88), quase 30% acima da média nacional, que é de R\$ 131,19. A única região do país em que o indicador fica abaixo da média é a Nordeste (R\$ 100,34).

08/08/2019 - 05:00

## Avança proposta contra devedor contumaz

Por **Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto**

Após quase cinco meses do envio pelo governo Bolsonaro, a Câmara dos Deputados começou ontem a debater o projeto de lei com medidas para combater sonegadores e devedores contumazes. A proposta é parte do esforço para aprovar a reforma da Previdência, ao mostrar que o governo, além de restringir o acesso e o valor das aposentadorias, também está combatendo as empresas que deixam de fazer as contribuições previdenciárias.

A comissão especial que analisará o texto foi instalada ontem com a eleição do líder do PSB na Câmara, Tadeu Alencar (PE), como presidente e o deputado Arthur Maia (DEM-BA) como relator. "Quando fui relator da reforma da Previdência, o maior foco de confronto sobre a necessidade de fazer ou não uma reforma era esse número muito grande de devedores", disse Maia, que relatou a reforma previdenciária proposta pelo governo Temer.

Ele destacou que o projeto é apoiado pelo governo e oposição e que apresentará um plano de trabalho na próxima semana com o cronograma de audiências públicas e de discussão do futuro relatório. A ideia é votar em até dois meses na comissão, onde o projeto tramita de forma conclusiva - se não houver recurso, não precisa passar pelo plenário e vai direto para debate no Senado.

Alencar disse que é procurador da Fazenda Nacional (responsável por cobrar a dívida ativa) e que a população não pode olhar para os R\$ 2,2 trilhões de dívidas com a União com tranquilidade. "Sabemos que parte é impagável, mas não é possível conviver com esse nível de dívida ativa e achar que é normal", afirmou. Ele disse que não terá postura corporativista e que é preciso diferenciar os mal intencionados dos empresários que atrasam impostos por causa da crise.



# Previdência vence uma batalha; guerra fiscal ainda é longa

Cida Damasco

08 de agosto de 2019 | 00h15

Passou como se esperava. Sem grandes dificuldades. A reforma da Previdência saiu da votação da Câmara em segundo turno exatamente como entrou. Motivo para alívio da equipe econômica, que temia a aprovação de alguns dos oito destaques ao texto básico — com mudanças, por exemplo, nas regras para pensões e na média salarial considerada para fixação do valor da aposentadoria. Se todos os destaques emplasassem, seriam retirados, segundo técnicos do governo, mais de R\$ 400 bilhões do ganho fiscal projetado para a reforma, de R\$ 933,5 bilhões em 10 anos.

As expectativas concentram-se, agora, na tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no Senado. Não que haja grandes dúvidas sobre o aval, nessa Casa, ao texto da reforma. Ao contrário. Está praticamente garantida sua aprovação. As expectativas referem-se à extensão das novas regras a Estados e municípios e à introdução do regime de capitalização, que seriam incluídos numa PEC paralela, cuja tramitação começaria pelo Senado. A alternativa foi antecipada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ainda que sejam mais do que conhecidas as dificuldades para se obter adesão tanto ao primeiro quanto ao segundo ponto.

No caso da extensão das novas regras aos Estados e municípios, as recentes intervenções de Bolsonaro contra governadores do Nordeste ameaçam erguer obstáculos a uma posição comum de adesão à reforma. E, no caso da capitalização, as restrições partem de parlamentares e de especialistas, que veem risco de

empobrecimento dos aposentados e, ao mesmo tempo, de sobrecarga dos custos durante a transição.

A briga para preservar o ganho fiscal da reforma da Previdência ganha destaque num momento em que fica cada vez mais visível a extrema vulnerabilidade da situação fiscal. Não se trata mais de pôr em dúvida o cumprimento do teto de gastos, mas a própria meta de resultado primário fixada para o ano — um déficit de R\$ 139 bilhões para o Governo Central, que reúne as contas do Tesouro Nacional, do Banco Central e da Previdência Social.

A Carta do Ibre/FGV de agosto dá a dimensão dessas ameaças. Segundo estudo da economista Vilma Pinto, especialista em contas públicas, atingir a meta requer um contingenciamento no Orçamento de R\$ 34,2 bilhões — e gastos discricionários, ou seja, não obrigatórios de R\$ 95 bilhões, em comparação com R\$ 120 bilhões nos 12 meses encerrados em junho.

Um aperto forte para conter os gastos a esse nível significa, em resumo, comprometer o funcionamento da máquina pública e/ou os investimentos. Decisão sempre incômoda para qualquer gestor. O mais provável, como sempre, é sacrificar ainda mais os investimentos, com um impacto adicional sobre a já fraca demanda. E, mesmo assim, não dá para garantir que a máquina pública opere sem transtornos. A reforma da Previdência supera mais uma batalha e avança para a vitória final, mas tudo indica que a guerra fiscal ainda será longa.

Veículo: O Globo	Online
Data: 08/08/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# GUEDES QUER VOLTA DA CAPITALIZAÇÃO MINISTRO ARTICULA PARA SENADO INCLUIR TEMA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu ajuda de senadores para criar no país o regime previdenciário de capitalização, rejeitado pelos deputados na votação da reforma da Previdência. A ideia é retomar o tema assim que o projeto chegar ao Senado. O assunto vem sendo discutido com o futuro relator da reforma na Casa, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Segundo interlocutores, já há um grupo de senadores que defende o novo modelo, no qual os trabalhadores poupam para a própria aposentadoria. É diferente do regime de repartição, atualmente em vigor, no qual os trabalhadores da ativa contribuem para a aposentadoria dos inativos.

Uma das soluções que vêm sendo aventada sé o Senado tomara iniciativa de apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para instituir a capitalização. Bandeira de Guedes, o novo modelo não foi incluído no texto aprovado pela Câmara dos Deputados e poderia não fazer parte da PEC paralela que vem sendo costurada para incluir servidores de estados e municípios na reforma da Previdência.

Após concluir a votação na Câmara, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu a inclusão da capitalização no Senado.

A avaliação de fontes da equipe econômica é que a inclusão na PEC paralela, porém, poderia contaminar as discussões e atrasar a tramitação. Os governos regionais têm pressa, diante da gravidade da situação de suas contas.

Segundo uma fonte, a proposta a ser apresentada pelo Senado deverá ser autoaplicável. A ideia é que a PEC contenha detalhes no novo regime, como contribuição de trabalhadores e empregadores, e valor mínimo do benefício. Na proposta da reforma discutida na Câmara, o tema foi apresentado de forma genérica, o que gerou resistência.

## CUSTO DE TRANSIÇÃO ALTO

Um dos problemas da capitalização é o custo elevado de transição entre o atual regime e o novo modelo. Segundo estimativas da equipe econômica, o impacto para os cofres públicos seria de R\$ 115 bilhões em dez anos e R\$ 985 bilhões em 20 anos. A reforma da Previdência prevê um ganho fiscal de R\$ 933 bilhões em uma década.

A capitalização fará parte da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado que vai analisar a reforma da Previdência antes da apreciação do texto no plenário do Senado. A primeira sessão está prevista para quarta-feira.

O prazo regimental de tramitação na CCJ é de 30 dias, mas a tendência é que seja abreviado. Tasso pretende apresentar o relatório até o fim do mês. Segundo auxiliares, ele manterá a espinha dorsal do texto aprovado na Câmara.



O colegiado é formado por 27 membros, sendo que os partidos que apoiam a reforma são maioria. A expectativa do governo é que a proposta seja aprovada no plenário do Senado entre os dias 20 e 30 de setembro, em primeiro e segundo turnos.

Para Paulo Tafner, especialista em Previdência, o Senado precisa olhar para o futuro e incluir temas que ficaram de fora, como a capitalização e os estados e municípios:

—Mas, se o Senado perceber, na negociação, que essas questões vão atrapalhar, fica-se só com os estados.

Na avaliação de Ana Carla Abrão, da consultoria Oliver Wyman, o país precisa “virar a página” e fazer com que outras reformas avancem:

— Estados e municípios são urgentes, mas te mosque liberara agenda de reformas que gerem crescimento.

Técnicos da equipe econômica querem aproveitara proposta parar e incluir o gatilho que faz com que a idade mínima de aposentadoria suba de acordo com o aumento da expectativa de vida no país. Com isso, os próximos governos não precisariam propor novas mudanças na Constituição. Isso seria feito via projeto de lei, mais fácil de ser aprovado.

Também há conversas para reintroduzi rare oneração da contribuição previdenciária sob reexportações em troca de perdão de dívidas dos produtores rurais como Funrural. A medida tem potencial para gerar uma arrecadação extra de R\$ 80 bilhões em dez anos.

A dívida com o Funrural está em torno de R\$ 20 bilhões. A bancada ruralista teria interesse nessa saída porque a dívida impede a tomada de financiamentos por produtores. Os parlamentares tentaram um acordo com o relator da proposta na Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), mas ele não aceitou.

Veículo: O Globo	Online
Data: 08/08/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# A REFORMA AVANÇA OS PRINCIPAIS PONTOS APROVADOS

Confira as principais mudanças nas regras para a aposentadoria aprovadas em dois turnos na Câmara dos Deputados. Para entrar em vigor, a proposta precisa passar agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e ser aprovada também em dois turnos na Casa. Então segue para sanção do presidente.

## APOSENTADORIA POR IDADE No serviço público

Como é hoje: Funcionários públicos não podem se aposentar antes dos 60 (homem) e 55 anos (mulher).

Como fica: Servidores terão idade mínima de 65 (homem) e 62 anos (mulher), igual à dos trabalhadores do INSS. O texto, porém, deixou fora da reforma servidores estaduais e municipais.

## APOSENTADORIA POR IDADE No setor privado (INSS)

Como é hoje: Homens podem se aposentar com 65 anos e mulheres com 60, desde que tenham contribuído por, pelo menos, 15 anos.

Como fica: Destaques mantiveram a exigência mínima de 15 anos de contribuição para ambos os sexos, mas a reforma introduzida de mínima de 62 anos para mulheres e mantém 65 para homens. A regra de transição prevê uma “escadinha” para elas: a idade mínima sobe seis meses a cada ano, até chegar aos 62 em 2023.

## APOSENTADORIA POR IDADE No campo

Como é hoje: Podem se aposentar aos 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens). Eles não são obrigados a contribuir para a Previdência, mas precisam comprovar pelo menos 15 anos de atividade no campo.

Como fica: O relator manteve as regras vigentes.

## CONTRIBUIÇÃO Alíquotas previdenciárias

Como é hoje: As alíquotas do INSS variam de 8% a 11%. Entre os servidores federais, quem ingressou até 2013 e não aderiu ao fundo complementar (Funpresp) recolhe 11% sobre o salário. Já quem entrou depois de 2013 ou aderiu ao novo fundo recolhe também 11%, mas pelo teto do INSS.

Como fica: As alíquotas serão de 7,5% a 14% para o INSS Sede até 22% para servidores. E passarão a ser progressivas, variando por faixa de renda, como já é feito no Imposto de Renda.

## CÁLCULO DA APOSENTADORIA Valor do benefício

Como é hoje: O valor do benefício é calculado com base na média dos 80% maiores salários de contribuição.

Como fica: O valor do benefício será calculado com base na média de todo o histórico contributivo do trabalhador. Com 15 anos de contribuição, a mulher tem direito a 60% do valor do benefício. Quem ficar mais tempo na ativa ganhará acréscimo de 2 pontos percentuais a cada ano, até o limite de 100%, aos 35 anos de contribuição. No caso do homem, essa escadinha só começa aos 20 anos de contribuição. Para receber o benefício integral, será preciso contribuir por 40 anos. Mesmo para quem contribuir por menos tempo, estará preservado o direito a receber pelo menos um salário mínimo de aposentadoria. O reajuste continua sendo feito pela inflação.

#### REGRAS DE TRANSIÇÃO No setor privado (INSS)

Sistema de pontos: É uma regra similar ao atual sistema 86/96. O trabalhador soma idade e tempo de contribuição e precisa ter contribuído por 30 (mulheres) e 35 anos (homens). Em 2019, pode se aposentar aos 86 pontos (mulheres) e 96 pontos (homens). A tabela sobe um ponto a cada ano, até chegar aos 100 pontos (mulheres) e 105 (homens).

Idade mínima com tempo de contribuição: Quem optar pelo modelo terá de cumprir idade mínima seguindo uma tabela de transição. E precisará ter contribuído para o INSS por, no mínimo, 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens). A transição para as novas idades mínimas vai durar 12 anos para as mulheres e oito anos para os homens. Ou seja, em 2027, valerá para todos os homens a idade mínima de 65 anos. E, em 2031, valerá para todas as mulheres a idade mínima de 62 anos. A reforma prevê que a idade mínima começará aos 61 anos para os homens e 56 anos para as mulheres. E sobe seis meses por ano, até atingir 65 e 62, respectivamente.

Pedágio de 50%: Quem está perto de se aposentar, faltando dois anos de contribuição pelas regras atuais — 35 anos (homem) e 30 anos (mulher) —, terá a opção de “pagar um pedágio” de 50%. Funciona assim: se, pelas regras atuais, faltar um ano para o trabalhador se aposentar, ele terá de trabalhar um ano e meio (ou seja, um ano + 50% do “pedágio”). Se faltarem dois anos, terá de ficar no mercado por mais três anos. Ainda assim, é aplicado o fator previdenciário, que reduz o valor do benefício para quem se aposenta ainda jovem.

Pedágio de 100%: A nova modalidade inserida pelo relator do projeto na Câmara combina um pedágio de 100% sobre o tempo que falta de contribuição — 35 anos (homem) e 30 anos (mulher) — com a exigência de idade mínima de 57 anos (mulher) e 60 anos (homem) na data da aposentadoria. O valor do benefício será calculado com base na média de todo o histórico contributivo do trabalhador. Com 15 anos de contribuição, a mulher tem direito a 60% do valor do benefício. Quem ficar mais tempo na ativa ganhará acréscimo de 2 pontos percentuais a cada ano, até o limite de 100%, aos 35 anos de contribuição. No caso do homem, essa escadinha só começa a partir dos 20 anos. Para receber o benefício integral, será preciso contribuir por 40 anos.

#### REGRAS DE TRANSIÇÃO No serviço público

Sistema de pontos: É uma regra similar ao atual sistema 86/96. O trabalhador terá de somar idade e tempo de contribuição e precisa ter contribuído por 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens). Em 2019, pode se aposentar aos 86 pontos (mulheres) e 96 pontos (homens). A tabela sobe um ponto a cada ano, até chegar aos 100 para mulheres e 105 para homens. Neste caso, o servidor precisa ter tanto o tempo de contribuição quanto a idade mínima para se aposentar. É exigida também a comprovação de 20 anos de serviço público e de cinco anos de tempo mínimo no cargo.

Pedágio de 100%: A nova modalidade combina um pedágio de 100% sobre o tempo que falta de contribuição — 35 anos (homem) e 30 anos (mulher) — com a exigência de uma idade mínima de 57 anos (mulher) e 60 anos (homem) na data da aposentadoria. É exigida também a comprovação de 20 anos de serviço público e de cinco anos de tempo mínimo no cargo. Cumprindo isso, os servidores terão direito a paridade (benefícios reajustados pelo mesmo percentual do que os funcionários da ativa) e também a integralidade (último salário da carreira).

#### PENSÕES Benefício por morte

Como é hoje: O valor da pensão é integral.

Como fica: O valor da pensão para o viúvo ou viúva cairá para 60% do benefício do titular, mais 10% por dependente. As cotas são extintas quando os dependentes perdem essa condição. A reforma garante, porém, pagamento de pelo menos um salário mínimo nos casos em que o beneficiário não tenha outra fonte de renda formal. A renda obtida com aluguel de imóveis ou trabalhos sem carteira assinada não seria considerada.

#### ACÚMULO DE BENEFÍCIOS Opção pelo maior

Como é hoje: Pensão e aposentadoria podem ser acumulados integralmente.

Como fica: O segurado ficará com o benefício de maior valor, mais uma parcela do de menor valor, obedecendo a uma escadinha :80% se o valor for igual a um salário mínimo; 60% do valor que exceder o mínimo, até o limite de dois; 40% do valor que exceder de dois a três mínimos; 20% do que exceder de três a quatro mínimos; e 10% do valor que exceder quatro salários mínimos. Acima disso, não recebe qualquer porcentagem. Algumas categorias, como médicos e professores, que têm acumulações previstas em lei, não serão atingidas. No entanto, a acumulação de cada benefício adicional será limitada a dois salários mínimos.

#### APOSENTADORIA POR INVALIDEZ Benefício por saúde

Como é hoje: A pessoa impedida de trabalhar por problema de saúde se aposenta com benefício integral.

Como fica: O valor do benefício vai variar de acordo com a origem do problema que levou ao afastamento irreversível do mercado de trabalho. Se for acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho, continua recebendo o valor integral. Nos demais casos, só receberá 60% do valor que tem direito, quem tem mais de 20 anos de contribuição recebe 2 pontos percentuais a mais por ano que exceda essas duas décadas. A regra não vale para quem só tem direito a um salário mínimo. Nesse caso, não há desconto.

#### BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

Para idosos e deficientes

Não foram modificadas as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda que não contribuíram para a Previdência. O auxílio, de um salário mínimo, é concedido aos 65 anos para homens e mulheres cuja renda mensal de cada integrante da família não ultrapasse 1/4 do piso salarial nacional. O patrimônio familiar não pode ultrapassar R\$ 98 mil.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**2º SEMESTRE** Desempenho é positivo em comparação ao País, no acumulado do período, segundo dados do IBGE

## Produção industrial baiana chega a 0,6%

### DA REDAÇÃO

A Bahia está entre os três estados que ganharam ritmo de produção no acumulado do 2º trimestre, tendo uma variação positiva de 4%, passando de -3,4%, nos três meses anteriores, para 0,6%, enquanto o País apresentou queda de 1,0%. O dado consta na pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os setores que puxaram o aquecimento econômico neste período foram Metalurgia (16,7%), Bebidas (12,7%), Minerais não metálicos (7,4%), Borracha e plástico (2,1%), Refino de petróleo e biocombustíveis (0,6%) e Alimentos (0,3%). "Esse resultado mostra o empenho do governo baiano em atrair novos investimentos e incentivar a ampliação daqueles que já estão operando. Até dezembro de 2021, a Bahia deverá ter a instalação de 224 novos empreendimentos, com aporte financeiro de R\$ 13,5 bilhões e a previsão de gerar 20,6 mil empregos diretos", destacou Luiz Gugé, chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

No primeiro semestre



**Bebidas foi um dos setores que puxaram o aquecimento**

Ascom SDE / Divulgação

### MOVIMENTO NEGATIVO

**Nos subgrupos, as variações negativas registradas foram: Móveis (-10,3%); Eletrodomésticos (-12,7%); e Hipermercados e supermercados (-3,4%)**

deste ano foram implantados 31 empreendimentos movimentando investimentos de R\$ 2,5 bilhões e a geração de 5,4 mil empregos diretos. Destes, 80% estão nas cidades do interior do estado. Nos seis primeiros meses do ano também foram assinados 54 protocolos de intenções, com previsão

de R\$ 3,6 bilhões em investimentos e possibilidade de gerar 4,8 mil empregos diretos, segundo a SDE.

### Comércio

As vendas no comércio varejista baiano tiveram retração de 3,1% em junho de 2019, quando comparado a igual mês de ano anterior.

No varejo nacional, a queda no volume de negócios foi de 0,3%, em relação à mesma base de comparação. Na análise sazonal, a taxa do comércio varejista no estado baiano registrou taxa negativa de 3,5%. Esses dados foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, realizada em âm-

bito nacional, e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento.

O resultado das vendas do varejo baiano em junho foi influenciado pelo baixo dinamismo da atividade econômica, associado à lenta recuperação do mercado de trabalho e ao endividamento das famílias.

Os dados do comércio varejista do estado da Bahia, quando comparados a junho de 2018, revelam que dois dos oito segmentos que compõem o Indicador de Volume de Vendas registraram comportamento positivo. As taxas são: Combustíveis e lubrificantes (9,0%); e Tecidos, vestuário e calçados (2,1%). Como variações negativas: Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,1%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-6,0%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-6,4%); Móveis e eletrodomésticos (-11,7%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-30,1%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-58,7%).

## COMÉRCIO

## IBGE: perda de dinamismo do varejo sem recuperação econômica

**DANIELA AMORIM**  
Estadão Conteúdo, Rio

O varejo tem baixo ritmo de crescimento no ano de 2019, em linha com a falta de dinamismo da recuperação econômica, avaliou Isabella Nunes, gerente da Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"A recuperação no mercado de trabalho vem se dando de forma lenta e com um perfil que não ajuda muito

ao comércio. São vagas informais, com renda mais baixa. A renda disponível na economia se mantém estável", disse Isabella.

Outro fator por trás das dificuldades enfrentadas pelo varejo é o endividamento das famílias. "Se a maior parte das famílias está endividada, antes de consumo, elas vão estar primeiro tentando resolver esse problema", opinou.

As vendas do comércio varejista cresceram apenas

0,1% na passagem de maio para junho, após terem ficado estagnadas no mês anterior (0,0%). Em abril, houve recuo de 0,4% no volume vendido. "O varejo tem dois meses de estabilidade na série com ajuste sazonal", resumiu Isabella.

Em junho, o comércio varejista está apenas 0,4% acima do patamar que encerrou 2018. O desempenho em 2019 tem sido prejudicado pelo setor de supermercados, que opera 1,3% abaixo



**Famílias endividadas e desemprego são freios**

de dezembro de 2018.

"Não quer dizer que esteja deixando de vender. Ao se alimentar, você pode estar optando por um produto com preço menor. As pessoas não deixam de comer. Elas podem substituir", disse Isabella.

No varejo ampliado (veículos e material de construção), o volume vendido está 2,5% acima de dezembro, alavancado pelo segmento de veículos (14,9% superior ao do fim de 2018).

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 08/08/2019	Página: B3

## ÓLEO DIESEL

# ANP aprova aumento do percentual de biodiesel

**DOUGLAS CORRÊA**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou ontem o aumento da mistura do biodiesel de 10% para 11% no óleo diesel, a partir de 1º de setembro, após novos testes mostrarem-se satisfatórios a partir de estudos feitos pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT).

O despacho da ANP fixa o percentual de adição de até 15%, em volume, de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, devendo o percentual mínimo obedecer ao cronograma previsto na Resolução CNPE nº 16, de 2018. Com essa medida, a partir de 1º de setembro, o percentual mínimo de biodiesel a ser acrescentado ao óleo diesel comercializado no país passará dos atuais 10% para 11%.

De acordo com a ANP, a mesma medida configura o desfecho de providências definidas em reunião ocorrida no fim de abril deste ano no Ministério de Minas e Energia, que abrange a publicação da Resolução ANP nº 798, de 1º/08 de 2019.

# Satélite



*Os bastidores da política baiana*

**POR** JAIRO COSTA JÚNIOR **COM** JÚLIA VIGNÉ



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Nós dependemos muito da aviação para atrairmos visitantes. Com uma oferta maior de voos, a tendência é que os preços caiam e a procura por nossos destinos turísticos aumentem

**Fausto Franco**

Secretário estadual do Turismo, ao comemorar a criação de seis voos semanais da Azul ligando Salvador a Aracaju

## Decisão adiada

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) reagendou para o próximo dia 13 o julgamento sobre o pedido de afastamento do baiano Aroldo Cedraz do cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito do inquérito que tramita contra ele por suposto tráfico de influência. No fim da tarde de anteontem, o colegiado decidiu suspender o julgamento logo após a leitura do relatório pelo ministro Edson Fachin, que cuida dos processos da Operação Lava Jato na Corte. O adiamento foi solicitado pelo advogado de Cedraz, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, e acatada pela presidente da Segunda Turma, Cármen Lúcia.

### SOB CERCO

Além do afastamento, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao Supremo que acate a denúncia e torne Aroldo Cedraz réu em ação penal. De acordo com Dodge, o ministro baiano recebeu propina para favorecer a construtora UTC em processos do Tribunal de Contas relativos à Angra 3, por meio de seu filho, o advogado Tiago Cedraz.

## Ponto de interrogação

No relatório apresentado aos demais integrantes da Segunda Turma do STF, o ministro Edson Fachin não deixa qualquer pista sobre a posição que adotará no caso. Fachin também evitou antecipar se seu voto será contra ou a favor de Aroldo Cedraz e se acatará de forma integral ou parcial o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). No entanto, auxiliares de Raquel Dodge na PGR acham improvável que Cedraz seja afastado pelo colegiado, composto ainda por Celso de Mello, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. A previsão leva em conta o clima contrário à Lava Jato que tomou conta da maioria dos integrantes do Supremo.

## Tente outra vez

Em outro processo do STF relacionado à operação, a defesa do ex-ministro Geddel Vieira Lima (MDB) solicitou novamente que a prisão preventiva do político seja revogada. O pedido foi formulado dentro da ação penal sobre o bunker de R\$ 51 milhões atribuído a Geddel, cujo julgamento deve ocorrer este ano. Como a liberdade de Geddel foi negada em decisões anteriores da Corte, o ex-ministro dificilmente deixará, em curto prazo, o Presídio da Papuda, em Brasília, onde está há quase dois anos.

## Fumaça e fogo

Caciques da base aliada ao Palácio de Ondina viram sinais de infidelidade do PP e PSD na votação em segundo turno da reforma da Previdência. Após o governador Rui Costa (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PSL) deflagrarem guerra aberta, a expectativa era de que oito deputados baianos dos dois partidos retirassem o apoio dado à proposta em solidariedade ao petista. Contudo, repetiram o voto. Leais a Rui, Pastor Sargento Isidório (Avante), que antes havia ficado a favor da PEC, e João Carlos Bacelar (Podemos), ausente na primeira rodada, votaram contra a reforma.

## Dupla rebeldia

Já o deputado Alex Santana (PDT), ameaçado de ser expulso do partido por ter ajudado a aprovar a reforma no primeiro turno, peitou a orientação da sigla novamente.



# Setor florestal vai investir R\$ 2 bilhões na Bahia até 2024

**EVENTO** As áreas de florestas plantadas na Bahia registraram um crescimento anual de 9,4% entre 2017 e 2018. Uma expansão que tem estimulado os empresários do segmento, que pretendem investir pelo menos R\$ 2 bilhões nos próximos cinco anos no estado.

“Estes investimentos serão realizados em novos plantios, em programas socioambientais, em pesquisas, inovação e modernização industrial”, afirma Wilson Andrade, diretor-executivo da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (Abaf).

O setor quer aproveitar o momento e estreitar ainda mais os laços com universidades e centros de pesquisas que desenvolvem práticas sustentáveis e produtos inovadores a partir do eucalipto. “Queremos aproximar a indústria da academia e da sociedade. Realizar ações de cooperação com universidades estaduais e federais. A ideia é trocar informações, dialogar cada vez mais, para

que possamos crescer juntos”, completa Andrade.

Segundo o relatório Bahia Florestal, lançado ontem, em Salvador, durante a abertura do IV Congresso Brasileiro de Eucalipto, o estado possui 657 mil hectares de plantações florestais, o que lhe garante o quarto lugar no ranking nacional no cultivo do eucalipto. A árvore ocupa cerca de 94% da área cultivada por floresta, seguida pelas seringueiras. Ainda de acordo com o documento, as fazendas baianas já possuem a maior produtividade do país no cultivo de florestas plantadas, ultrapassando 30 metros cúbicos por hectare ao ano. E que cerca de 20% dos plantios florestais do estado são mantidos por pequenos e médios produtores.

O congresso reúne até hoje os principais representantes nacionais do setor, além de produtores rurais baianos, autoridades políticas e pesquisadores.

“Acreditamos que as florestas plantadas podem



Wilson Andrade, diretor-executivo da Abaf, apresenta os dados do setor florestal baiano durante o evento

**O eucalipto é um produto do meio rural e temos que ter orgulho deste cultivo que gera empregos e leva benefícios para as comunidades**  
**Moacyr Fantini Junior**

Presidente da Abaf

atender a demanda crescente. O mundo precisa plantar 250 milhões de hectares até 2050. Nós podemos fornecer esta bioeconomia que exige cada vez mais sustentabilidade, que retém carbono e preserva as florestas nativas. Usamos cada vez mais tecnologia e ciência aplicada aos nossos produtos e queremos mostrar isso para todos”, diz Paulo Hartung, presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá).

Atualmente 634 empresas

de base florestal atuam na Bahia. Elas produzem derivados da madeira nos segmentos de celulose e papel, madeira sólida e material energético. Juntos, esses cultivos respondem por 7% da produção nacional de madeira e por 15% da celulose gerada do país. E é este uso múltiplo sustentável do eucalipto que é um dos principais temas do congresso. Na Bahia, mais de 65% das áreas de cultivo já possuem certificados de sustentabilidade.

GEORGINA MAYNART

# Tribuna

## Devedores contumazes na mira do governo

G1

A Câmara dos Deputados instalou ontem a comissão especial que vai analisar o projeto de lei proposto pelo governo que prevê cobrança mais rigorosa de devedores da União, conhecido como "devedor contumaz".

Os devedores contumazes são os contribuintes que acumulam dívida com a União super a R\$ 15 milhões por mais de um ano.

O projeto também define a figura de devedor contumaz como "o contribuinte cujo comportamento fiscal se caracteriza pela inadimplência substancial e reiterada de tributos".

A comissão será presidida pelo deputado Tadeu Alencar (PSB-PE) e o relator da proposta será o deputado Arthur Maia (DEM-BA). O relator será responsável por elaborar um parecer de aprovação, alteração ou rejeição do projeto.

Na justificativa apresentada junto com o projeto, o Ministério da Economia afirma que "atualmente o estoque da Dívida Ativa da União gira em torno de R\$ 2,2 trilhões, correspondentes a débitos de 4,6 milhões de devedores".

O Ministério acrescenta que, do total dessa dívida, R\$ 1,4 trilhão são devidos por apenas 16 mil grandes contumazes.

### MEDIDAS

A proposta de lei autoriza que a União tome medidas contra o contribuinte em débito, após procedimento administrativo.

Entre essas medidas, estão o cancelamento do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; e a proibição concessão de benefícios fiscais por seis anos – inclusive parcelamentos ou anistia a dívidas.

# Tribuna

## Aprovada, reforma da Previdência segue agora para o Senado

ESTADÃO CONTEÚDO

**A** Câmara dos Deputados votou na noite de ontem os destaques (propostas de alterações) da reforma da Previdência, e o texto segue agora para apreciação do Senado. Os parlamentares rejeitaram, por 345 votos a 139, o destaque nº 1, apresentado pelo PSOL sobre abono salarial. Como o destaque era supressivo, os favoráveis ao texto-base precisavam reunir 308 votos para manter o texto aprovado. Atualmente, o benefício é pago aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos - ou R\$ 1.996,00 neste ano. Mas, pelo texto-base da reforma

da Previdência aprovado no Plenário em segundo turno, o abono do PIS/Pasep passará a ser pago apenas aos trabalhadores com rendimento de até R\$ 1.364,43.

Esse mesmo destaque foi apresentado no primeiro turno, de acordo com um documento que circula entre líderes partidários na época, feito para ajudar os deputados a saber como votar, a medida teria impacto de R\$ 76,4 bilhões em 10 anos. Essa é a quarta proposta de alteração do texto rejeitada pelo plenário. Após o destaque nº 01, o plenário analisará os outros quatro destaques de bancada que ainda restam, um de cada vez. Foi rejeitado também por 346 votos a 146 o destaque nº 10, apresentado

pelo PT. O destaque buscava suprimir os requisitos previstos em lei para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Um dos principais requisitos é o de renda per capita familiar de 1/4 do salário mínimo, mas há outros critérios para a concessão.

Esse trecho do texto-base da reforma da Previdência, aprovada na terça no Plenário, constitucionaliza as regras atuais da concessão do benefício. O objetivo é o de reduzir as demandas judiciais para o pagamento de BPC a pessoas que não se enquadram nesses critérios. Se a mudança fosse aprovada, haveria chance de aumento de judicialização, já que não haveria padronização do



**A CÂMARA DOS DEPUTADOS** votou na noite de ontem os destaques (propostas de alterações) da reforma da Previdência, e o texto segue agora para apreciação do Senado

critério de renda para acesso ao benefício. Assim, cada juiz poderia tomar decisões sobre o caso de forma subjetiva. Após o destaque nº10, o plenário analisará os outros cinco destaques de bancada que ainda restam, um de cada vez. O texto-base da reforma da Previdência foi aprovado em segundo turno por 370 votos a 131 no plenário. Na sessão desta quarta, com esse pedido do PT, três

destaques foram rejeitados até agora.

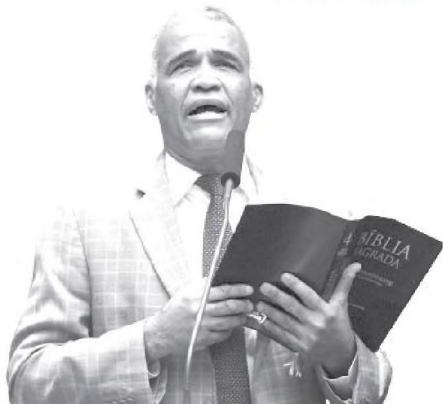
**Previsão** - O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, reafirmou a previsão de que a reforma da Previdência seja aprovada em dois turnos no Senado até o fim de setembro. Onyx está licenciado do cargo e está na Câmara como deputado para a votação dos destaques da reforma no segundo turno. "Ainda temos

passagem importante pelo Senado. Já conversei bastante com o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP) nos últimos dois dias e uma previsão bastante confiável é de que votação no lá acabe até 30 de setembro", afirmou. Ele disse ainda que é importante manter o texto como ele foi aprovado na Câmara e que, por isso, a inclusão de Estados e municípios e a capitalização deve ser trabalhada em outras duas propostas de emenda constitucional (PEC) que ainda devem ser criadas. A primeira, segundo ele, virá do Senado.

"Depende muito como vai ser lá no Senado, por enquanto é uma ideia", disse sobre a aceitação da inclusão de Estados e municípios pela Câmara. Questionado, Onyx negou que os deputados votaram a favor da reforma devido à liberação de recursos pelo governo. A gestão de Jair Bolsonaro enviou na terça um projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) para abrir um crédito suplementar de R\$ 3,041 bilhões no Orçamento em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e bancar emendas parlamentares. "Não tem nada a ver uma coisa com a outra", afirmou.

### REPERCUSSÃO

## Maioria dos deputados baianos vota a favor da reforma



**APENAS** o deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante) mudou o voto em relação ao primeiro turno

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

A maioria dos deputados federais baianos votou a favor do texto-base da reforma da Previdência no segundo turno. Dos 39 parlamentares do estado, 24 foram favoráveis e 15 contrários à proposta enviada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) ao Congresso Nacional. A matéria segue agora para o Senado Federal. Apenas o deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante) mudou de posição. Na primeira votação em julho, Isidório votou a favor da reforma da Previdência, mas no segundo turno se posicionou contra. Nos bas-

tidores, comentou-se que o deputado do Avante foi pró-reforma para em troca receber uma visita do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), na Fundação Doutor Jesus. No mês passado, o democrata desembarcou na capital baiana para ir à instituição social do Sargento Isidório.

O deputado federal Bancelar (Podemos), que esteve ausente no primeiro turno, compareceu na segunda etapa da votação e se posicionou contra a reforma. Embora o presidente do PSD na Bahia, o senador Otto Alencar, tenha sinalizado que os cinco deputados do seu partido poderiam votar contra a reforma, os parlamentares mantiveram a posição do primeiro turno e foram favoráveis ao texto na

segunda etapa. Otto disse que o PSD votou pró-reforma por causa de um acordo firmado com os presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre (DEM), respectivamente, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, para a liberação de recursos para a Bahia. Só que, segundo Otto, o pacto não foi ainda cumprido.

Votaram a favor do texto: Adolfo Viana (PSDB); Alex Santana (PDT); João Carlos Bancelar, José Rocha, Abílio Santana, todos do PL; Antonio Brito, José Nunes, Otto Alencar Filho, Paulo Magalhães, Charles Fernandes, todos do PSD; Raimundo Costa, Ronaldo Carletto, Cacá Leão, Cláudio Cajado, todos do PP; Igor Kannário (PHS); Profes-

sora Dayane Pimentel (PSL); Tito (Avante); Uldurico Junior (Pros); Arthur Maia, Elmar Nascimento, Leur Lomanto Júnior, Paulo Azi, todos do DEM e Márcio Marinho e João Roma, ambos do PRB. Presidente do PSL na Bahia, a deputada federal Dayane Pimentel defendeu ontem a proposta do Planalto.

"A aprovação da reforma é essencial para a construção de um novo Brasil que trilhará no caminho da responsabilidade com o dinheiro público". Já os deputados contra a matéria: Alice Portugal e Daniel Almeida; Bancelar (Podemos); Lidice da Mata, Marcelo Nião, Félix Mendonça; Mário Negromonte Jr.; Pastor Sargento Isidório (Avante); Afonso Florence.

# Tribuna

## Produção industrial baiana chega a 0,6% no 2º trimestre, diz IBGE

A Bahia está entre os três estados que ganharam ritmo de produção no acumulado do segundo trimestre, tendo uma variação positiva de 4%, passando de -3,4%, nos três meses anteriores, para 0,6%, enquanto o país apresentou queda de 1,0%. O dado, presente na pesquisa divulgada pelo IBGE, nesta quarta-feira (07), demonstra os esforços do Governo do Estado em fomentar a atração de investimentos, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Os setores que puxaram o aquecimento econômico neste período foram Metalurgia (16,7%), Bebidas (12,7%), Minerais não metálicos (7,4%), Borracha e Plástico (2,1%), Refino de petróleo e biocombustíveis (0,6%) e Alimentos (0,3%). "Esse resultado mostra o empenho do governo baiano em atrair novos investimentos e incentivar a ampliação daqueles que já estão operando. Para se ter uma ideia, até dezembro de 2021, a Bahia deverá ter a instalação de 224 novos empreendimentos, com aporte financeiro de R\$

13,5 bilhões e a previsão de gerar 20,6 mil empregos diretos", destacou Luiz Gugé, chefe de Gabinete da SDE.

Apesar do contexto de contínua queda na produção industrial nacional, de acordo com a secretaria, a perspectiva de recuperação é demonstrada ainda nos números positivos do primeiro semestre deste ano: Os 31 empreendimentos implantados foram responsáveis pelo investimento de R\$ 2,5 bilhões e a geração de 5,4 mil empregos diretos. Destes, 80% estão nas cidades do interior do estado.

Nos seis primeiros meses do ano também foram assinados 54 protocolos de intenções, com previsão de R\$ 3,6 bilhões em investimentos e possibilidade de gerar 4,8 mil empregos diretos. Os dados são fruto de acompanhamento da SDE junto às empresas incentivadas pelo Estado.

O governo baiano também mantém o desempenho fiscal positivo dos últimos anos e as finanças em equilíbrio, com uma das dívidas mais baixas entre os estados.

# Tribuna

## Denúncia

O deputado federal Paulo Azi, presidente estadual do DEM, denunciou negligência do governo do estado por conta da morte de um bebê que nasceu na recepção do Hospital Geral de Camaçari (HGC) ontem. De acordo com ele, o governo federal liberou, em 2014, R\$ 10 milhões para a construção de uma maternidade no município, mas, após sucessivas promessas, o projeto não saiu do papel e o recurso segue parado na conta do governo. Azi lembra que os governos petistas prometeram o início das obras da maternidade por diversas vezes, sempre em períodos próximos a eleições.



**Paulo Azi**

## Revolta

Uma delas foi em setembro de 2016, durante as eleições municipais, quando o governador Rui Costa (PT) prometeu dar a ordem de serviço para o início da construção. “Essa situação nos causa muita revolta e indignação. Enquanto crianças morrem por não terem atendimento digno, enquanto mães sofrem em filas para darem à luz, R\$ 10 milhões dormem nas contas do governo sem que nada seja feito”, criticou.